

## **Revista Parêntesis**

**“Qual é o trabalho da memória?”**

**Branca Moreira Alves , historiadora, e Jacqueline Pitanguy, socióloga, autoras do livro Feminismo no Brasil, Memórias de Quem fez Acontecer 2022, editora Bazar do Tempo.**

### **Memórias**

Os relatos a partir da memória, como comprovam as pesquisas de História Oral, permitem recuperar um testemunho em primeira pessoa, retraçado com o ambiente e emoções vividos como experiência única. Assim, no nosso caso, tivemos a sorte de pertencer à geração que foi jovem durante as décadas de '60/70, uma geração que, no mundo ocidental ao qual pertencíamos, questionou parâmetros pré-estabelecidos e ousou propor respostas em movimentos organizados, estudantis, negros, feministas, anti-colonialistas, pacifistas.

Foi nesse clima de revolta e esperança que a descoberta do feminismo, quando estudantes universitárias e profissionais em início de carreira, veio a definir nosso lugar no mundo e marcar para sempre nossas vidas. O feminismo é parte de nossa identidade e história pessoal. Atravessamos, como protagonistas e observadoras, momentos marcantes da história desse movimento.

Contar nossa história é, assim, contar a memória das primeiras décadas dessa “segunda onda” feminista no Brasil. Foi o que tentamos fazer com nosso livro “Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer”. “Memórias” no plural, porque essa foi/é uma história coletiva, e nela buscamos ouvir as memórias de algumas das companheiras que estiveram conosco naquele processo coletivo de projeção da agenda feminista na arena pública do país e de sua institucionalização com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a cuja atuação devemos os direitos inscritos em nossa Constituição.

É difícil estabelecer datas exatas para processos políticos e movimentos sociais, mas em algum momento de 1973, no Rio de Janeiro, um pequeno grupo que questionava a discriminação das mulheres passou a se encontrar. Eram reuniões informais nas casas umas das outras. Queríamos estar em um espaço onde pudéssemos trocar experiências, criar estratégias, construir solidariedade sem a interferência masculina: os chamados “grupos de reflexão”.

Jacqueline: *“Nos reuníamos nas nossas casas, uma vez por semana, e, para mim, esses eram os grandes momentos da semana. Me sentia acolhida, em um ambiente de solidariedade, apoio e crescimento. Não havia um roteiro fixo, a conversa corria sem pauta, solta, em um ambiente de confiança. Falávamos de nós mesmas, chorávamos ou ríamos, comentávamos um livro feminista, um projeto, uma estratégia para uma ação conjunta...”*

Assim foi que esse grupo, em 1975, decidiu em plena ditadura militar, que era hora de sair a público, aproveitando a oportunidade do Ano Internacional da Mulher declarado pela ONU. Abrigadas sob o guarda-chuva do Centro de Informação da ONU e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que ofereceu seu auditório, organizamos um debate sobre a condição da mulher brasileira.

O Seminário *Pesquisa sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira*, teve lugar de 30 de junho a 6 de julho de 1975, e é considerado o marco inicial do feminismo da “segunda onda” como movimento político organizado no Brasil. Atraiu um público entusiasmado prioritariamente feminino, muitas das quais continuaram a se reunir e fundaram logo um mês depois o Centro da Mulher Brasileira como um local permanente de encontro, considerado a primeira organização assumidamente feminista que, por suas propostas e forma de atuação, alia à experiência dos “grupos de reflexão” a militância política, com grupos de pesquisa e trabalho.

A partir daí o movimento cresce “num rastilho de pólvora”, como descreve no livro *nossa companheira de militância* Hildete Pereira de Melo, e grupos de atuação com pautas diversas se espalham pelo país: trabalho, direitos civis, participação política, direitos reprodutivos, luta contra a violência, centros de estudos e pesquisas. A “nova pauta”, no dizer de outra ativista dos anos 70, Comba Marques Porto, também se faz presente nas ruas, nas esferas políticas, na mídia.

A década de 80 é marcada pelo processo de redemocratização do país que colocou para o feminismo o dilema de entrar no Estado, do qual estávamos divorciadas a duas décadas, para, a partir de um espaço de poder, responder ao desafio de assegurar igualdade as mulheres, influenciando leis e políticas públicas.

Este dilema se coloca já em 1982 com a vitória da oposição em governos estaduais de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro quando Franco Montoro, Tancredo Neves e Leonel Brizola são eleitos. Já então, feministas organizadas buscam interlocução com estes governos, advogando pela criação do Conselho de Direitos da Mulher de Minas Gerais e do Conselho da Condição Feminina de São Paulo. A questão da violência contra a mulher, deste a violência doméstica, ao feminicídio e a violência jurídica que transformava as mulheres de vítimas a culpadas com o uso do argumento da legítima defesa da honra nos tribunais do júri, ocupava grande parte de nossa agenda. Lutamos então também para a criação de delegacias especiais em que a violência doméstica, até então invisível para a segurança e a justiça, adquirisse o estatuto de crime e fosse assim considerada pela polícia.

Com os Conselhos Estaduais havíamos amadurecido neste diálogo institucional com o objetivo de implementar políticas públicas e influenciar o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, eliminar discriminações e resíduos patriarcais incompatíveis com o novo sentido de democracia que deveria ter a igualdade entre mulheres e homens no seu cerne. Durante o movimento das *Diretas Já*, discutíamos em intermináveis reuniões, como ocupar (ou não) um espaço no governo federal caso, finalmente, os militares fossem desalojados do governo.

Jacqueline apresenta as questões que orientavam o debate:

*“Dar esse passo de astronauta que significa participar do governo mantendo ao mesmo tempo o compromisso fundamental com o movimento social. Como criar,*

*como dar corpo estatutário, regimental, administrativo, organizacional, a uma ideia, uma utopia política? Um passo de astronauta.”*

Em nosso livro recuperamos a memória de um almoço em Belo Horizonte com o então governador Tancredo Neves, ainda candidato a presidente, onde ele assumiria com o movimento o compromisso de criar esse órgão caso fosse eleito. Morto Tancredo assume seu vice, José Sarney, que mantém o compromisso. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi criado em agosto de 1985 por lei do Congresso Nacional, com um colegiado e uma equipe feministas, que definiu como prioridade atuar no processo Constituinte, entendendo que aquele momento significava a oportunidade única de retirar as mulheres brasileiras da condição de cidadãs de segunda categoria a que estavam reduzidas.

Já em 1985 O Conselho inicia sua histórica ação de *advocacy*, desenvolvida ao longo de três anos, antecedendo e acompanhando a todo o processo Constitucional. Conseguiu, naquela época sem internet e com comunicações telefônicas e correio deficitárias, mobilizar mulheres de todo o país e sensibilizar setores diversos da sociedade para a importância de atuar com força e eficiência naquele momento político.

Branca: *“Participei dessa comissão de juristas e lembro ainda com emoção do clima de companheirismo, de militância política. Estávamos ali com a mesma confiança, com a firmeza e a consciência de estarmos fazendo, realmente, história. Há muito orgulho nos relatos de cada uma das muitas que participaram desse momento de construção do futuro.”*

Jacqueline: *“Quando penso nestes anos me dá a impressão de um destes filmes em que as figurinhas disparam. Era um corre-corre e ao mesmo tempo não comportava erros. Tínhamos que ter a emenda certa, no momento certo e entregue à pessoa certa. Não sei como fazíamos. Além do mais, muitas de nós tínhamos família, casa, maridos, companheiros.”*

Em agosto de 1986 o CNDM organizou o Encontro Nacional Mulher e Constituinte, em Brasília, no Congresso Nacional, que foi o coroamento de todo o processo de consulta às bases organizadas dos movimentos autônomos, aos sindicatos, associações e partidos políticos. A ***Carta das Mulheres aos Constituintes***, elaborada neste histórico encontro, foi, portanto, um documento coletivamente redigido.

Jacqueline: *“Me lembro como se fosse hoje desse grande encontro, de sua organização, da angústia de que tudo desse certo, de minha enorme responsabilidade, enquanto presidente do CNDM, de estar ali, naquele momento histórico, coordenando aquele evento. A aprovação da carta abriu uma nova página. Agora íamos lutar por incluir na Constituição uma plataforma de direitos construída pelas mulheres, para as mulheres.”*

A cerimônia da entrega da carta no Congresso Nacional foi um momento emocionante em que a bancada feminina de parlamentares marcou a sua presença como força política. Ulysses Guimarães, presidente do Congresso, deu a palavra às parlamentares, que reafirmaram, para os constituintes e para as

mulheres de todo o país que lotavam as galerias, seu compromisso com as demandas da carta, e em atuar, mesmo que de forma suprapartidária, para sua incorporação à Constituição.

A Carta na realidade fecha e abre uma porta. Fecha o processo de elaboração coletiva de nossa pauta de propostas e abre as portas para nossa atuação no Congresso Nacional em um movimento que ficou conhecido como *Lobby do Baton*. A partir de sua entrega a Ulysses Guimarães, tem início o processo de defesa de nossas propostas, que implicava em percorrer diariamente os corredores e gabinetes do Congresso, conversando com os líderes de todos os partidos, com deputados, senadores, assessores, formando uma base de apoio entre os parlamentares, em um trabalho articulado pelo Conselho, com representações de sindicatos, de mulheres rurais, associações de trabalhadoras domésticas, grupos feministas, Conselhos estaduais e municipais, órgãos de classe como OAB, que só se encerra em outubro de 1988 com a promulgação da Constituição Federal.

Em nosso livro, *Feminismo no Brasil*, costuramos através de uma memória coletiva, pedaços da nossa história como numa colcha de retalhos. Concluimos este artigo lembrando que estas recordações de momentos marcantes do movimento feminista são também memórias para o futuro, para as gerações de jovens mulheres que, em sua diversidade, lutam hoje pelos seus direitos.